



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16522 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT14 - Sociologia da Educação

JUVENTUDES: REFLETINDO UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Cristiane Kuhn de Oliveira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Lucinete Marques Lima - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

JUVENTUDES: REFLETINDO UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Este texto parte de indagações no campo educacional, sem compreensão de muitos profissionais das respostas presentes no mundo contemporâneo. Por exemplo, o que é ser jovem? Quando começa e quando termina a juventude? Quem são os jovens, afinal? Deve-se falar de juventude ou juventudes? Diante desses desafios, realiza-se uma reflexão sobre o conceito de juventudes enquanto categoria social, que inclui a pluralidade em uma unidade social pelo fato de ter pontos congruentes em um ou mais aspectos. Certamente, a opção pelo conceito juventudes tem influências teóricas no campo das ciências humanas e sociais e relaciona-se com contextos, tempos e projetos.

Na primeira metade do século XX, predominava uma concepção naturalista de juventude, como uma etapa de vida humana de transição para a idade adulta, delimitada por faixa etária e percebida como provocadora de conflitos, desvios de comportamento ou delinquências, demandando processos de socialização secundária para o ajustamento social.

Mas, nas últimas décadas do século XX, surgiram enfoques sociológicos, políticos e outras contribuições culturais e antropológicas que têm contribuído para a construção do conceito de juventudes, como uma categoria construída socialmente, diferenciando-a do conceito de juventude.

Enfim, o texto resulta de uma pesquisa bibliográfica, tendo como referências as produções intelectuais de autores de Ciências Humanas e Sociais ou áreas afins, tais como Groppo (2015, 2017); Bourdieu (1983); Pais (1990); Margulis e Urresti (1996); Dayrell (2003) e Leão (2011).

No decorrer do texto serão apresentadas fundamentações sobre os aspectos históricos, filosóficos, sociológicos e políticos relacionadas a conceitos de juventudes, decorrentes de estudos problematizadores do movimento e dinâmicas da vida dos jovens no contexto contemporâneo, com seus diferentes modos de ser e existir, com suas identidades, singularidades e resistências.

2 JUVENTUDES: AFINAL O QUE É?

Definir o conceito de juventudes constitui tarefa complexa, sobretudo devido aos fatores sociais, históricos e culturais que estabelecem sua compreensão em cada tempo e espaço. A preocupação em conceber, cartesianamente, o conceito de juventudes provoca pensadores ao longo de séculos.

A discussão em torno das concepções de juventudes carrega ideologias, projetos e perspectivas que não são neutras, assim, a delimitação desse conceito carrega um perfil de mundo, de sociedade e de homem de acordo com seu tempo e contexto social. Estudos e pesquisas no campo da psicologia, da sociologia e da antropologia tornam-se referências para compreender o sentido do ser jovem.

Groppo (2015, 2017), em seus estudos, aponta as principais teorias que embasam o conceito de juventude e as organiza em três momentos distintos:

a- as teorias tradicionais da juventude, desenvolvidas ao longo da primeira metade do século XX, concebendo a juventude como categoria etária, uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, quase que determinada biopsicologicamente;

b- as teorias críticas da juventude, já na segunda metade do século XX, combinando em diferentes ênfases a noção de geração e a noção de moratória social, desmistificando a noção de juventude uniforme, além de reconhecer a participação dos jovens nas transformações sociais;

c- e as teorias pós-críticas, desenvolvidas desde o final do século XX, ao relativizar e até mesmo negar a proposição original das teorias tradicionais da juventude como transição à vida adulta, por meio da socialização secundária. Possuem como característica principal a relação mais categórica entre a estrutura socioeconômica e a experiência da juventude. E serão essas teorias que embasarão a noção de juventudes nesta investigação.

Numa perspectiva genérica, cada país estabelece um parâmetro etário para delimitar características de sua população e, considerando estas, estabelecer políticas públicas. Para cada sociedade, em tempo, espaço e contexto, a idade cronológica configura uma etapa da vida, visando aspectos específicos. Diante deste critério, as etapas de vida são organizadas, geralmente em crianças, jovens, adultos e idosos, porém, a noção de juventude enquanto período de transição entre os estágios da infância para a vida adulta, ou ainda a delimitação precisa a uma faixa etária, precisa ser amplamente discutida e reelaborada sendo considerada ultrapassada por não corresponder aos debates contemporâneos do vir a ser jovem.

Bourdieu (1983) ao abordar a noção de juventude exclui a perspectiva de categorizá-la como unidade social ou grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de relacionar esses interesses a uma faixa etária, uma vez que as divisões entre as idades seriam arbitrárias.

Para esse autor, a divisão entre jovens, adultos e velhos constitui, de fato, disputa de poder, compreendendo a classificação do período da juventude enquanto limitação e tentativa de ordem, no intuito de que cada indivíduo saiba o seu devido lugar (BOURDIEU, 1983). A categorização não passa de um jogo de manipulações, com efeitos comparativos, já que só se é jovem (ou velho) para alguém, para alguma instituição ou para realizar determinadas ações. De modo que, não existe uma juventude, mas uma multiplicidade delas. Assim, compreende:

As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar [...]. O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (Bourdieu, 1983, p.112-113).

Este autor ainda considera a juventude como uma categoria social e historicamente produzida que, de fato, não é estática, focando na totalidade e no contexto em que determinado grupo de jovens se insere, constituindo uma representação histórico-cultural e uma condição social. Pela dinamicidade das relações a definição de juventude é transformada no contexto das mudanças culturais, econômicas e sociais ao longo da história.

A partir dos anos 1990 a definição de juventude ganhou novas abordagens,

ultrapassando o enquadramento de indivíduos em faixas de idade, classificação etária, bem como a perspectiva de fase de vida, compreendida por suas características constantes e uniformes aparentes, que diferenciavam este período de vida a partir de padrões e traços que englobavam uma cultura juvenil específica. Assim, surgem as abordagens socioculturais, centradas no estudo do desenvolvimento humano enquanto um processo que se dá nas interações entre as atividades sociais e culturais de um grupo.

Este estudo tem início com a reflexão em torno das abordagens socioculturais, por considerar que a categoria juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais, atentando-se para além das similaridades que compõem os jovens, e investigando-se as diferenças sociais que se estabelecem e alteram todo o cenário da juventude contemporânea brasileira.

Nas abordagens socioculturais, opta-se por uma discussão mais extensa do conceito de juventude, afastando a simplificação de definições pelos fatores etários, biológicos ou quaisquer outras características à parte, recortadas isoladamente. Afinal, nem todas as pessoas da mesma idade chegarão à idade adulta ao mesmo tempo, cada uma terá experiências e vivências conforme circunstâncias e contextos distintos. Além de que, em algum nível, toda categorização é imprecisa e injusta.

Nessas abordagens, compreende-se, portanto, a definição da categoria juventudes a partir da condição histórico-cultural, como representações variáveis, mutáveis e flexíveis. E, por ser uma construção social, considera os elementos materiais, políticos, históricos e culturais, admitindo os diversos e particulares modos de compreender a juventude.

Perspectivas mais abrangente da categoria são discutidas por Pais (1990), Margulis e Urresti (1996), Dayrell (2003), Leão (2011) e Groppo (2017). Dentre estes autores, nota-se congruência entre a concepção de juventudes, de modo que um colabora com a discussão do outro, tornando a definição de juventude, embora complexa, extremamente rica e repleta de significados.

Defende Pais (1990), a compreensão de juventude na sua relação com a sociedade, bem como nas diferenças existentes dentro dela. Para o autor, ser jovem é bem mais do que pertencer a determinada faixa etária, mas suas vivências numa realidade dentro da qual existem várias diferenças que influenciam a vida dos que por ela são identificados como jovens. Enfatiza

Importa também ver de que forma a “sociedade” se traduz na vida dos indivíduos. Ou seja, dos contextos vivenciais ou quotidianos dos indivíduos fazem também parte crenças e

representações sociais que os jovens encontram sem que directamente tenham tomado parte na sua elaboração. (Pais, 1990, p.164).

Ao abordar a noção de juventudes como construção social, faz-se o paralelo da sua relação com as determinações históricas, materiais e sociais diante das desigualdades entre as classes sociais, o que reflete a diversidade deste segmento. Neste sentido, Pais (1990, p. 149) traz o exemplo: [...] quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma *fase de vida*.

Margulis e Urresti (1996), em resposta a Bourdieu (1983), propõem a ampliação de sua definição e argumentam que a compreensão de juventude apresenta diferentes modalidades de acordo com a incidência de uma série de variáveis, sendo elas: idade, geração (compreendida como período da vida que cada indivíduo se socializa), crédito de vida, classe social, estrutura institucional (sendo a família aquela em que todas as outras variáveis estão articuladas, sem esquecer a escola, o trabalho, as instituições religiosas, etc.) e gênero.

A definição de juventude, defendida por Margulis e Urresti (1996), tem como base a experiência da moratória social, considerando que o tempo histórico, a condição espacial e o pertencimento a determinada classe social podem oferecer aos seus jovens a condição juvenil, que permite postergar diversas exigências sociais (trabalho, casamento, etc.).

Esses autores complementam a noção de moratória social ao apresentar a moratória vital, que transparece no capital temporário, afirmando que “nos jovens há um plus”, prolongando o tempo da juventude, traduzido em núcleo vital, energético, sentimento de imortalidade. Também, eles consideram fundamental a experiência geracional, sendo cada geração possuidora de valores e conhecimentos distintos, e de modos diversos, considerando as experiências das gerações anteriores.

Comumente, a juventude é compreendida como o momento de construção de identidades e de definição de projetos de futuro, no qual se inicia, de fato, a inserção social, quer seja no mundo do trabalho, das responsabilidades familiares ou dos direitos e deveres constitucionais. Mas, também, a juventude tem sido entendida como a fase de experimentações e de possibilidades, em que o indivíduo, amparado pela moratória social e pela moratória vital, tem seu comportamento e suas escolhas postergados e, de certo modo, justificados (Margulis e Urresti, 1996).

Algumas concepções de juventude são apresentadas por Dayrell (2003) ao discutir o jovem como sujeito social: a primeira, muito presente na escola, concebe juventude sob um prisma de negatividade, ao ser vista na sua condição de transitoriedade, o jovem é um “vir a ser”; a segunda, mais idealista, compreende ser um período marcado pelo lazer, liberdade, hedonismo e irresponsabilidade; a terceira, a percepção do jovem reduzido apenas ao campo da cultura; e a quarta mais recente aborda juventude como uma fase difícil, dominada por conflitos com a personalidade.

Para além de Dayrell, soma-se ainda a noção de juventude como “um modo de ser” dotado de valor simbólico, com características estimadas, desejadas, comercializadas. A contínua busca pela juventude como o anseio primário em praticamente todos os enredos, desmaterializando o conceito de juventude que vem, aqui, sendo garimpado.

Colabora Leão (2011) nessa reflexão, ao considerar a juventude, enquanto categoria de análise, uma construção histórica e social na qual se entrelaçam as diversas posições e representações sociais com as culturas juvenis, diante das experiências e práticas produzidas pelos jovens. Porém, por ser uma construção histórica, social e cultural, é importante considerar, que esta deve ser compreendida dentro de um tempo, espaço e contexto específico, repleto de contradições. E enfatiza “[...] não se pode, portanto, falar de uma juventude universal, mas em jovens que vivem e compartilham experiências a partir de contextos sociais específicos” (p. 101). As juventudes se conectam, dialogam, relacionam-se e expressam-se de diferentes modos.

Groppo (2000, 2004, 2016) faz a defesa da juventude pensada conforme categoria social, influenciando e sendo influenciada pelas transformações que ocorrem na sociedade, e interagindo de forma dialética. Assim, ele se manifesta:

Penso que há uma via interessante de compreender as juventudes brasileiras - mas, jamais uma fórmula pronta destinada a tudo responder. Trata-se do olhar dialético sobre as juventudes. Uma mirada histórica sobre as sociedades modernas pode perceber os contornos da condição juvenil como dialética, ou seja, as juventudes se movem, contraditoriamente, entre processos de institucionalização e autonomia dos jovens. (Groppo, 2016, p. 398-399).

Nessa direção, colabora Charlot (2000), ao se posicionar que o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere. Assim, afirma: “O

sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também são sujeitos” (Charlot, 2000, p. 33). Sendo o sujeito um ser singular, que tem uma história, interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, as suas relações com os outros, à própria história e singularidade.

Nessa concepção, compreende-se juventude como parte de um processo amplo de constituição de sujeitos, com especificidades que marcam a vida de cada um. E, assim, utiliza-se a distinção de Charlot (2007) para a compreensão de juventude, no singular, e juventudes, no plural. Ou seja, juventude é uma condição, um conjunto de relações sociais num determinado momento histórico, enquanto a noção de juventudes significa o uso para referenciar as diferentes formas coletivas de ser jovem.

2.1 Resultados e discussões da pesquisa

Todos os autores aqui citados trazem a defesa de que a juventude não pode ser compreendida como uma unidade, devendo ser considerada como uma categoria que se diversifica diante das diferentes condições de vida dos jovens, de diferentes realidades.

A juventude é uma condição social, que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais. De modo que, a juventude, por seu caráter provisório e subjetivo, permeia um momento determinado, mas não se reduz a este; assumindo sua condição e destaque em si mesma. Ser jovem é estar imerso, por opção ou por origem, em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Com efeito, esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. No entanto, no campo das políticas públicas é demarcada por uma faixa-etária, que no Brasil abrange cidadãos com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, de acordo com a atual Política Nacional de Juventude (2006).

Toma-se, aqui, a noção de juventudes, no plural, a fim de ressaltar a diversidade, ou ainda, a multiplicidade de modos de ser jovem existente na contemporaneidade. Trata-se do reconhecimento da existência de diversas juventudes, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos jovens.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, mais uma vez reafirma-se a categoria juventude repleta de sentidos, e cada sociedade, em um tempo histórico determinado, concebe e representa essa condição de ser jovem de modo específico, sendo a faixa etária uma representação simbólica situada num meio social, marcado pelo espaço e tempo.

O recorte etário permite a categorização mensurável da população e, devido a isso, é utilizado por vários países como forma de mapear a população e estruturar políticas públicas. Os critérios etários e os critérios socioculturais são os mais comuns quando se investiga as bases normativas relativas à juventude.

A parametrização da juventude em uma faixa etária não tem caráter absoluto e universal, servindo para organizar políticas e ações que desdobrem neste público. A juventude amplia-se enquanto categoria social que normatiza comportamentos, classifica indivíduos e articula-se a outras categorias como etnia, classe social, religião, entre outras, conforme discutido no tópico anterior ao explicitar a definição de juventudes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.. “A juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. P, 112-121.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CHARLOT, Bernard. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, L. Pinheiro; ZAGO, N. (Orgs). **Sociologia da Educação**: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2007, p. 203-221.

DAYRELL, J.. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set./dez. 2003.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, Alfenas, v. 13, n. 25, p.9-22, dez. 2004.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p, 1-30, jan. 2015.

GROPPO, L. A. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383-402, jan./jun., 2016.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

LEÃO, G.. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (orgs.). **Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Editora PUC, 2011.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, p. 105-106, 1990.

Palavras-Chave: Juventudes; Categoria; Abordagens Socioculturais; Recorte Etário.